

№ 2081

Rua Grumixamas, 245 (Jabaquara)
Tel. 7-3081
São Paulo

M. SERTORIO

REG 00/02/24

BOLETIM

N.º 3

MARÇO 1962

FRENTE ANTITOTALITARIA DOS PORTUGUESES LIVRES EXILADOS

Anticolonialismo e Anticolonialistas

HENRIQUE GALVÃO

Decorreu pouco mais de um ano. Os acontecimentos de Fevereiro e Março em Angola e os mais que sobrevieram, haviam excitado, com as violências verbais e o passionalismo típicos da época em que vivemos, um debate contra o colonialismo ocidental e, em especial, contra o do regimen salazarista, mais vivo do que nunca. Forçado naturalmente a pronunciar-me, lancei e defendi então um pensamento objetivamente deduzido de flagrantes realidades, políticas e económicas, umas desconhecidas outras deformadas pela maioria das opiniões mais constantes no debate; uma maioria mais passional do que racional e que, preconcebida ou sugestionadamente, desviava a inteligência da questão para a fogueira dos interesses políticos em conflito. Manifestava-se esse pensamento tão contrariamente à política colonialista do salazarismo, como à política neo-colonialista e ultra-imperialista do comunismo internacional, representado em Portugal pelos comunistas e filocomunistas portugueses. De parte alguma, como se os aspectos racionais do problema fôsem de somenos, se me opuseram razões ou argumentos seriamente deduzidos de um conhecimento de causa ou de realidades euro-africanas determinantes de soluções justas e humanas. Dir-se-ia que a inteligência de tanta gente inteligente se havia desinteressado do assunto a favor das diferentes paixões desencadeadas. Porém, em contrapartida, logo das origens mais suspeitas se levantaram impropérios, cruamente, ou condensados nos velhos "slogans" e frases feitas dos colonialistas e anticolonialistas passionais, ambos à compita pela conquista emocional de galerias facilmente suggestionáveis. Da bancada do salazarismo, era acusado de filocomunismo, mercenário de Moscovo, vendilhão das colónias e traidor à Pátria. Das bandas comunistas e filocomunistas era tratado de hediondo colonialista e jogava-se também o vocábulo "traidor" tanto do agrado dos totalitarismos fascista e comunista. Nitidamente, pretendiam os salazaristas, na sua algazarra de propaganda, fazer esquecer às galerias ouvintes que sou, de sempre, demonstradamente, um adversário intransigente, não só do comunismo tal como se tem aplicado no mundo, como também do comunismo teórico que Trotsky diz ter sido traído pela burocracia que actualmente governa o bloco soviético e que ainda não passou de nuvem a dormir em céu azul — uma nuvem que já tem disparado raios e coriscos, mas ainda não verteu água potável. Não menos claramente, queriam os comunistas e filocomunistas, exasperados, que as mesmas galerias não recordassem, contra a acusação que me faziam, o facto de, ainda em plena floração do colonialismo em África, ter sido eu o primeiro, e então único português, que, correndo riscos e sofrendo consequências, que são bastante conhecidas para que valha a pena lembrá-las, se levantou contra o colonialismo do regimen salazarista e em defesa dos povos africanos de raça negra. Com estes guerrilheiros do totalitarismo, estavam, além dos seus simpatizantes, geralmente mais sensíveis ao estilo das vozerias do que à inteligência dos problemas, alguns sentimentos respeitáveis suggestionados e algumas miopias sinceras sem bastante conhecimento dos problemas de fundo e sem experiência das dificuldades e perigos que se levantam para os povos quando se trata de transpor do abstrato para o concreto, digamos, da idéia para a sua realização, o espírito das ideologias.

A F.A.P.L.E. TEM, NATURALMENTE, A SUA ESTRUTURA ORGANICA, POR MEIO DA QUAL CUIDA DE SE EXERCER COMO FORÇA DE PENSAMENTO E AÇÃO EMINENTEMENTE DEMOCRÁTICA E HUMANA. É POSSÍVEL QUE MUITOS DEMOCRATAS, POR DIFERENTES RAZÕES, QUEIRAM FICAR À MARGEM DA SUA ORGANICA E EXERCÍCIO — MAS TODOS, QUE SENDO GENUINAMENTE DEMOCRÁTICOS SÃO TAMBÉM, POR NATUREZA IDEOLÓGICA, ANTI-TOTALITÁRIOS, SE ENCONTRAM NELA ESPIRITUALMENTE INTEGRADOS.



C.H.

Como o diálogo era impossível — com os mal intencionados, por inútil, com os mal informados porque as suas razões parecendo artigos de fé, se tornavam indiscutíveis —, não voltei à arena, esperando que o tempo, como não podia deixar de ser, me daria razão. Sem dúvida, teria desejado explicar e explicar-me em meios menos passionalizados e sinceramente mais interessados pelo destino humano dos povos do que pelos designios dos interesses e correntes políticas que, em guerras frias e quentes, alucinam o mundo. Mas não encontrei então, nos meios política e intelectualmente mais responsáveis, nem nos meios em que a informação soi procurar-se com indispensável seriedade, senão uma pessoa que se interessou em ouvir, desapassionadamente e em boa paz, êste pobre africanófilo que, mais ou menos incompetente na matéria, seria então um dos raros africanologistas presentes no Brasil. Essa pessoa foi o Sr. Doutor Afonso Arinos que, na verdade, se interessou em ouvir-me e que, parece, não ficou em desacôrdo comigo.

A posição que eu havia tomado no debate, aparentemente, digamos, em abstrato, não se distinguia, senão por maior precisão e mais fidelidade à semântica, do que, mais inflamadamente reclamavam as correntes comunistas e filocomunistas e do pensamento expresso por correntes sentimentais não comunistas: com eles, eu pronuncio-me pelo reconhecimento do direito de auto-determinação dos povos — **mas, evidentemente, exercido com sentido humano e progressivo**; com êles, quero a libertação dos povos oprimidos — **mas, evidentemente, a de todos os povos** e não só a de alguns, e, portanto, também, a do povo português como a dos povos sob o colonialismo do bloco sino-soviético; com êles, também eu pretendo contribuir para que a paz do mundo e a segurança das relações internacionais não sejam ameaçadas — **mas, evidentemente, salvaguardando o respeito pelo destino humano dos povos**, sem o qual não haverá paz nem segurança, e não cuidando apenas de servir como mais lhes interessa qualquer das correntes políticas que se chocam no mundo. Parecia, portanto, não haver no plano ideológico em que os meus opositores diziam situar-se, nada de muito substancialmente antagonico.

A guerrilha desencadeada contra mim, com impropérios por parte de comunistas e filo-comunistas, com frases feitas e argumentos passionais por parte dos mais sinceros mas menos esclarecidos, resultou de, em obediência ao realismo da posição assumida e defendida, ter assegurado e demonstrado que nenhum dos territórios portugueses de África, e Angola muito especialmen-

te, a cujos povos, contudo, o **direito de autode-terminação deve e tem de ser reconhecido** como direito sagrado que é, estava ainda preparado para o exercício efectivo desse direito — enfim, conforme a expressão de que me servi, que **Angola não estava madura para a independência**, e que, portanto, essa independência prematura só poderia conduzir a uma congolização dêste território mais trágica do que a independência, também prematura, reconhecida ao Congo ex-belga. E, claramente, isto não queria dizer que Angola não tivesse o direito de se tornar independente, mas apenas que não alcançara ainda o mínimo de maturidade política, económica e social, para viver em independência absoluta. Ao mesmo tempo, propunha uma fórmula, pela qual, em constituição de estados federados autónomos, não só se aboliriam o colonialismo e os perigos de neo-colonialismo, como se atenderiam, unindo diferenças e não instituindo ódios, às ansiedades de liberdade e aos legítimos direitos de todos os povos, incluindo, naturalmente, também o povo português, igualmente vitima do colonialismo salazarista.

Êste realismo e êste designio de ajustar diferenças e de assim realizar a preparação dos povos ultramarinos para o exercício humano, progressista e pacífico de um direito que tem, mas cuja capacidade de o exercer ainda não foi alcançada — e isto apesar do exemplo trágico que nos tem dado o Congo ex-belga — não podiam deixar de ser combatidos por uma corrente inspirada pelo comunismo internacional e interessada em lançar todós os territórios que ainda não gravitam na sua órbita no caos político e administrativo e na miséria económica em que se encontra o Congo; também não pareciam ser muito do agrado de algumas cobiças neo-colonialistas pretendentes a uma nova partilha de África; finalmente, seriam ainda incompreendidos por certos sentimentos anti-colonialistas, que, embora muito justamente anti-colonialistas, se manifestam despercebidos dos perigos de um neo-colonialismo tanto ou mais odioso que o colonialismo económico.

Os mais agressivos acusavam-me de defender um subterfúgio por meio do qual se faria sobreviver o condenado colonialismo — e assim acusando, por deturpação do pensamento que eu expusera, desviando atenções, desviavam de si, a acusação que mais rigorosamente se lhes poderia fazer pelo seu subterfúgio em favor de condições propícias aos neo-colonialismos do tipo sino-soviético. Os mais suaves, por um lado declaravam-me desatualizado pelo fato dos contactos directos que perdera com a África desde que fui preso

(fazendo crer que, porventura, que estariam mais actualizados os que nenhuns contactos tiveram), por outro lado, afirmando sem o poderem provar — e de fato não o provando — que seria real a capacidade para a independência imediata, sem preparação, que eu negava à população de Angola. Demais, nem as aparências de prova se amparavam. Os seus grandes argumentos consistiam em louvar e dar a maior publicidade a um programa do M.P.L.A. (Movimento de Libertação dos Povos de Angola), em negar a ação terrorista da U. P. A. (União dos Povos de Angola) — e, sobretudo, contra o que eu insistentemente afirmara com um conhecimento de causa que lhes faltava, em proclamar a legitimidade dos chefes rebeldes desses dois grupos chamados nacionalistas, como representantes da população de Angola e em exaltar a sua extraordinária e “impressionante” “capacidade política”.

Pois passou um ano sobre todas estas coisas — um ano do grande Mestre que é o Tempo. Durante este ano, o norte de Angola, em região de área inferior à décima parte do território, foi invadido por forças terroristas baixadas do Congo ex-belga, das quais a maior parte dos combatentes não eram angolanos. Contra eles, foram opostas forças não menos terroristas do salazarismo em implacáveis repressões. E, contra o que se diz de ambos os lados, contra o que mais corre no noticiário lançado pelas agências, ambas estas forças foram batidas. Mas não umas pelas outras, pois umas e outras demonstraram falta de iniciativa para além dos métodos terroristas — mas por elementos viris da verdadeira população (brancos, negros e mestiços), em defesa própria contra o terrorismo invasor e contra o terrorismo salazarista. Foi um facto que nenhuma das partes tornou público, mas de que as pessoas desactualizadas como eu têm conhecimento em pormenor e, que, sobretudo, compreendem nas suas causas e efeitos. Durante este ano, a Organização das Nações Unidas, cuja Assembléia Geral tantas esperanças suscitou entre comunistas e filo-comunistas, resolveu, não como estes esperavam e depois propalaram, recomendando a independência imediata do território imaturo, mas, apesar do passionalismo dos debates, como nós há um ano preconizávamos: **“uma radical mudança de política em Portugal”** (por nós entendida como o regresso imediato do país ao livre exercício das instituições democráticas); depois, **“a preparação dos territórios para a autonomia e exercício do direito de auto-determinação”**. Digam agora que também a ONU é colonialista e recorre a subterfugios para fazer sobreviver o colonialismo. Finalmente, durante este ano, há

menos de um mês, uma cisão que sempre existiu, latente, entre o grupo UPA, a que pertencem os invasores de Angola, chefiado por Holden Roberto, (uma das altas capacidades do chamado nacionalismo angolano) e o grupo M.P.L.A., autor do mítico programa que uma ignorância dos problemas tanto exaltou — deflagrou em publicidade e nos mais escandalosos termos. Holden Roberto, declara em Nova York à imprensa que “os seus terroristas” (sic), **comandados por argelianos**, que também fornecem as armas, vão lançar nova e grande ofensiva em Angola — e que não há qualquer conjugação com o MLPA “chefeado pelo comunista Mario de Andrade” (sic). Por sua vez, do MPLA vociferam-se acusações (“Le Monde” de 14 de Março) contra Holden Roberto, das quais são as seguintes as mais graves: **“a luta preconizada por Holden Roberto não é uma verdadeira luta de libertação nacional, mas uma guerra tribal, destinada a dar supremacia ao seu grupo étnico; foi ele o inspirador da chacina de 8.000 angolenses; foi cúmplice no assassinio de João Baptista, chefe das forças rebeldes; e desviou em proveito próprio vultosa soma em dinheiro, arrecadada em Tunis para ajudar a insurreição angolense”**. O documento que lança estas acusações tacha Roberto de “aventureiro” e “bandido”. O mais curioso é que de ambas as partes se dizem verdades que há um ano eu venho sucessivamente denunciando. O mais alarmantemente trágico é pensar que se a independência prematura que ambos estes grupos querem, pelos vistos com dispensa do tão invocado exercício do direito de autodeterminação, tivesse sido obtida, estes homens seriam hoje os chefes de Angola, e Angola um prolongamento agravado do caos congolês, que, ao contrário do que se pensa em certos sectores optimistas, está ainda muito longe de uma solução organizada.

Depois desta guerrilha de nacionalistas, assim reciprocamente desvendados, Holden Roberto forma em Leopoldville (a capital do caos) um governo angolano no exílio, que ele diz emanado de uma nova organização (serão já três) denominada Frente de Libertação de Angola, constituído por 9 ministros e 7 secretários — governo que um dos líderes do MPLA (Dr. Eduardo Santos) classifica de simples manobra para dividir os nacionalistas de Angola, ao mesmo tempo que reedita as acusações de “traição, malversação de fundos, racismo e genocidio” formuladas contra Roberto.

Senhores que me invetivam, não se trata de entronizar líderes de geração espontânea nem de fazer o jogo de políticas e interesses suspeitos. Trata-se do destino humano dos povos.

Força e Fraqueza do Regimen em Espanha

Por XAVIER FLORES

Apesar do seu saneamento das finanças públicas e da "paz civil" que mantem com o seu exército e a sua policia, o regimen franquista é sumamente débil. Na verdade, as ditaduras deste gênero sofrem de um duplo inconveniente: não são hereditárias como as monarquias nem susceptíveis de eleições como as repúblicas quando o Presidente morre ou termina o seu mandato. Também não são suscetíveis de paulatina evolução para uma situação mais normal; o caudilho sabe que a sua permanência no poder está em relação directa com a repressão contínua a que tem submetido o país. Como qualquer "liberalização" enranha o risco de desencadear uma série de manifestações contrárias à ditadura, nenhum outro remédio resta ao ditador senão manter-se com mão dura e implacável até ao último dia do seu comando; uma tirania não pode "degenerar" em democracia sem negar da sua essência. A legitimidade de uma Democracia está no consenso popular; a de uma tirania, na violência. Cada uma, portanto, obra de acôrdo com a sua origem peculiar. Assim, nunca surtiram o menor efeito todos os apêlos e gemidos em volta da "liberalização" do regimen. Ao contrário: cada apêlo, mais tem apertado as cunhas da repressão. Veja-se o caso de todos os prisioneiros do país vasco e da Catalunha durante os últimos dois anos: são muito raros os que têm escapado a iniquas e bárbaras torturas. De nada serve implorar a "liberalização" de uma tirania. Supor que esta possa liberalizar-se, é tão lógico e sensato como seria supor que o General Herrera, Presidente do Governo da República no exílio, poderia converter-se num

tirano. Quanto mais débil se tornar o regimen actual — e sê-lo-á cada vez mais na medida em que se aproxima do seu fim — mais recorrerá à repressão para parecer forte. A sua violência é sintoma da sua fraqueza, pois prova de que sem ela não pode manter-se e ser um "regimen normal". Não podemos esquecer esta verdade elementar que deve estar sempre presente na nossa luta.

E' claro que, em Espanha, se vem meditando há muito tempo sôbre a sucessão do regimen. E' o problema número um dos franquistas e muitos julgam ter já no bolso a sua solução. Como tudo parece indicar, tudo se arranjaria tornando o Movimento sucessor do Movimento, sob o disfarce da restauração monárquica. Isto é o que um economista meu amigo chama, com singular acerto "a legitimação do espólio". Esta solução que equivaleria a um franquismo sem Franco é a grande esperança dos monárquicos autoritários, cujo ideal é manter o "*statu quo*" social, político e económico até à consumação dos séculos. Estes monárquicos, para os quais os próprios sindicatos do regimen são demasiadamente "avançados", não constituem um partido organizado, mas representam, em contrapartida, uma força social, económica e política com a qual o diálogo é praticamente impossível e inútil. São os que se levantaram em 1936 contra a República para estabelecer a suprema dialética do monólogo, e daí ninguém os arredará. Morrerão como nasceram, monologando entre si sôbre a sua missão de salvadores da Pátria.

De "IBÉRICA" (15 de Março de 1962)
New York

A Vitoria dos Estudantes Portugueses

SANTANA MOTA

Os estudantes universitários de Lisboa fizeram greve!

Para quem conheça alguma coisa da atmosfera política que há mais de 30 anos se respira em Portugal, este simples fato, por si só, já constitui um caso surpreendente e sintomático do que quer que seja de anormal na engrenagem repressiva do regime. Mas, que essa greve tenha saído vitoriosa, que os estudantes hajam logrado da ditadura e a satisfação de algumas das suas reivindicações — isso, francamente, é que deixa de ser

sintoma para se tornar uma certeza: a certeza de que o regime está doente. O ele ainda dispor de todas as peças do seu dispositivo de repressão policialesca, já não quer dizer que as manobre com o mesmo desembaraço. Há seja o que for que as não deixa funcionar perfeitamente.

É óbvio que este caso não autoriza ninguém a presumir que o regime ditatorial esteja tão fraco que se intimide e recue diante de uma greve de estudantes. Estudantes — louvada seja a PIDE — ainda o Poder dispõe de meios para os

fazer entrar na "ordem". O que levou o Estado a atendê-los desta feita e não a castigá-los — como teria feito uns meses antes — foi sentir na atmosfera nacional um elemento novo de fácil combustão. E esse elemento não há PIDE, nem censura, nem prisões que o eliminem. Pelo contrário: quanto mais o atacarem dessa forma, mais ele se avoluma e fortalece. Ora, quando um governo se vê diante de um perigo desse gênero, toda a sua preocupação tem de consistir forçosamente em evitar atritos que o agravem. Uma greve de estudantes, nesse caso, pode constituir o estopim de uma explosão mais séria. Se fôr possível dominá-la desde logo, pelos processos costumeiros da brutalidade policial — muito bem: salva-se a disciplina e varrem-se ao mesmo tempo as veleidades de rebeldia; mas se os rapazes se obstinam na preservação dos seus direitos e dão aso à que a Nação se aperceba dos seus dissentimentos com o Estado — o melhor, então, é ceder um pouco à juventude para não cair na contingência de ceder a todo mundo.

Falamos da existência de um elemento novo na atmosfera política portuguesa, e nêlo configuramos a razão de o governo haver cedido em parte à greve dos estudantes. Mas que elemento é êsse? Que inflamável substância terá entrado na sua composição para que uma ditadura se arreie de lhe tocar? Não dispõe ela das forças militares e da polícia, e das prisões, e de uma imprensa controlada — de tudo, enfim, de que se tem servido até agora para reprimir e dominar? Será possível que ao cabo de três décadas e meia de controle absoluto ainda exista alguma coisa susceptível de amedrontar e pôr em perigo a segurança do regime? — Pelos vistos ainda existe. Ou melhor: existiu sempre. O que se deu foi tão-somente a circunstância de tal coisa se ter agravado ultimamente numa escala infinitamente mais perigosa.

As dificuldades que hoje se deparam à ditadura portuguesa procedem exatamente das precauções que ela tomou para se manter no poder. É a velha revolta do feitico contra o feiticeiro. Mais dia menos dia, mais ano menos ano, essa revolta era fatal. Não se pode impunemente deter a natural evolução de um povo, só com a mera presunção de o impedir de estilhaçar a carapuça política a que forçadamente o sujeitam.

O regime totalitário que se instituiu em Portugal tem tido unicamente por escopo o esmagamento metódico e sistemático de toda e qualquer oposição interna ao escandaloso banquete da oligarquia doméstica. Para garantir e facilitar êsse banquete, não lhe bastava recorrer a medidas de repressão policial, à vigilância e con-

trôle do pensamento inconformado, à rigorosa proibição de reuniões e manifestações coletivas que préviamente não lograssem o beneplácito do Estado. Carecia também, ou mais ainda, de assegurar-se do atraso, da ignorância e da caquexia econômica do organismo nacional. A pobreza, como todos sabem, predispõe sempre o caráter dos indivíduos e dos povos para a abdicação à liberdade.

A inconformação, a rebeldia, a revolta, supõem, pelo menos, uma parcela de dignidade ferida, um vislumbre de amor próprio, uns resquícios de altivez e independência. Mas como podem subsistir essas virtudes num povo em que tudo se combina para o sujeitar ao paternalismo do Estado? Se a ditadura, que há 34 anos vigora em Portugal, houvesse efetivamente nascido com o propósito de auxiliar o país a libertar-se da demagogia partidária, preparando-o por meio de uma sábia reforma educacional e econômica para a perfeita compreensão dos seus direitos políticos — ter-lhe-ia sido fácil, com os poderes discricionários que empalmou, promover o desenvolvimeno nacional no ensino, na agricultura, na indústria na pecuária e na pesca.

A ditadura, porém, não nasceu com êsse propósito. Ela sabia que o desenvolvimento tecnológico da economia nacional, se por um lado aumentaria a abastança, o bem-estar material de todo o povo, por outro implicaria o nascimento de uma classe mais numerosa de técnicos, de operários especializados, de agricultores esclarecidos e, paralelamente, uma consciência de interesses e direitos absolutamente incompatível com privilégios oligárquicos. E a ditadura instalara-se para servir uma oligarquia.

A ditadura portuguesa decidiu-se, portanto, a entrar a evolução econômica e social do país. Através dos seus grêmios corporativos e dos alvarás comerciais e industriais, passou a determinar a cada indústria e a cada ramo de comércio uma zona privativa na qual era vedada a intromissão de concorrentes prováveis. Não era ao consumidor que se atendia: era aos interesses financeiros dos negócios que se instalavam. Que os braços disponíveis abundavam no país, e que a produção industrial e agrícola, a despeito do baixo poder aquisitivo da população, não atendia às necessidades da procura — atestam-no, por um lado, a corrente emigratória para nações estranhas, e, por outro, a pauta de importação incessantemente maior. Mas que importava isso? Não estavam garantidos, porventura, os interesses da plutocracia indígena? E não era a estagnação do Produto Nacional condição indispensável à submissão do povo?

Chegou o momento, porém, de a ditadura se sentir vítima também da própria obra. A desesperada necessidade de atacar o incêndio que ameaça Angola e de mobilizar reforços que o impeçam de romper em outros pontos, obrigam-na a despesas para que nem os cofres do Tesouro, nem os poucos recursos nacionais estão preparados. Ludíbrio e maldição! O meticuloso cuidado que ela pusera, ao longo de tantos anos, em vigiar e reprimir a menor aspiração de desenvolvimento nacional; a forçada mediania econômica a que ela condicionara a sua segurança, levantam-se agora diante dela como espectros ameaçadores e terríveis. Experimentou, com dramáticos apelos ao patriotismo de cada um, apertar um pouco mais o torniquete dos impostos. Mas o país, dessangrado, já pouca seiva deita. Quem a tem, e farta, são os que há 34 anos o vivem a sugar como vampiros. Estes, porém, não iriam soltar em favor da pátria o que em prejuízo dela amealharam antes. O povo que pagasse!

E o povo, que já havia oferecido o sacrifício de filhos, pais, maridos, noivos e irmãos em defesa de uma política que intimamente reprovava, viu-se ainda privado do pequeno bocado que levava à boca — e principiou a rosnar. Pois quê! Privavam-no de liberdade e de direitos em nome da ordem e da segurança nacional; escorchavam-no com impostos para equilíbrio do orçamento e estabilidade da moeda; negavam-lhe escolas, negavam-lhe assistência, negavam-lhe trabalho; compelem-no a procurar em outras terras o pão de cada dia — e quando perigavam além dos mares os interesses da oligarquia usurária e exploradora, era ele ainda quem tinha de pagar as custas em dinheiro!

E foi daí que se formou o novo elemento que o governo teme. Adivinhamo-lo na correspondência e nas conversas dos mais assanhados salazaristas. Há uma surda, uma latente inquietação em todos os espíritos. E é por notá-la e por temê-la que o governo cautelosamente resolveu ceder em parte à greve dos estudantes...

EDITORIAL: Contingências da Democracia

Trata-se de assunto em que a objetividade é muito difícil.

Por um lado, sendo a filosofia democrática, pelo seu conteúdo eminentemente humanístico e pela soma de virtudes que exige aos democratas, dificilmente aceitável, em sua pureza, pelos defeitos mais correntes de uma humanidade em que as lutas de classe são ainda realidade comum; por outro lado, e por isso mesmo, prestando-se a interpretações deformantes mais ou menos dolosas, que na prática a corrompem — é a Democracia a mais traída das ideologias políticas. Acontece com ela o que acontece com o Cristianismo; uma religião cuja filosofia também mal se adapta aos defeitos mais correntes da humanidade e que também é a mais traída de todas as religiões. Pela transcendência do seu conteúdo humano, tem a Democracia mantido através dos séculos o seu cunho como ideal dos povos na sua aspiração a serem bem governados; pelas dificuldades e fragilidades da sua aplicação, ou, melhor, em sua transposição do nível abstrato da idéia para os planos da concretização, ela tem constituído no mundo raras vezes coisa mais perfeita do que “a fórmula menos imperfeita de governar povos”.

Com os defeitos das suas qualidades, exigindo um mínimo de condições humanas morais e espirituais raramente realizadas, é uma ideologia vulnerável como poucas à traição das piores deformações. Tolerante, a ponto de se abrir ao livre

exercício dos mais intolerantes; defensora das liberdades humanas até ao desarmamento ante a liberdade licenciosa dos liberticidas; igualitária, mal defendida contra a necessidade cada vez mais premente de selecionar valores morais e políticos; justiceira, até ao consentimento de que, por dúvida, grãos de areia sejam enormes como pedras nos mecanismos judiciais; generosa a ponto de consentir vitoras em seu seio; pacifista até se expor às piores violências e facilitando o seu exercício; transigente até ao risco de demagogia — a Democracia torna-se facilmente corrompível pela multidão pluriforme dos maus democratas, como o Cristianismo o será pela multidão dos maus cristãos. As infidelidades ideológicas, as ignorâncias ousadas, os tartufismos habilidosos, as ambições descontroladas, os interesses suspeitos, os mais anti-democráticos agentes de corrupção democrática — até os ditadores em potência —, encontram, como defeito, nas qualidades de tolerância, liberdade, igualdade, pacifismo, justiça e generosidade da Democracia, como se fôsem espécie e variedades de parasitas hematófilos, magnífico terreno de ação infecciosa. E só assim não será quando os povos que ela dignifica e eleva atingirem o nível de civilização que a maioria está longe de alcançar.

Os defeitos de que a acusam os dos sistemas totalitários, e de que se queixam muitos dos que mais a criticam do que a servem, são apenas os defeitos dos povos e sobretudo dos políticos que,

por pecado ou insuficiência, a estão traindo; até mesmo os defeitos de muitos dos seus filósofos e educadores que das suas torres de marfim não descem a contactos mais inteligíveis com o povo e os políticos. Realmente, pode-se muitas vezes descrever dos democratas que praticamente conduzem os sistemas democráticos — mas nada permite descrever da própria Democracia, única filosofia de base para o governo humano e progressista dos povos. Só ela contém, na medida em que os povos como homens coletivos se elevarem, todas as potencialidades humanas de progresso e dignificação.

Isso se tem demonstrado sempre, e se demonstra ainda, até nesta conturbada época em que a Democracia sofre o mais homicida de quantos assaltos a têm sangrado. Se neste Ocidente a que pertencemos, em que a Democracia se defende e de onde irradia como garantia de paz, temos de reconhecer desvios de pensamento democrático que correspondem a verdadeiras traições ideológicas e favorecem as ofensivas de desprestígio, temos também de reconhecer que, neste mesmo Ocidente, ocorre o exemplo dos países escandinavos, onde o exercício autêntico de uma Democracia social pela liberdade perfeitamente estabelecida e perfeitamente entendida, vencendo condições climáticas ingratas, superiormente encaminha e resolve os problemas de que mais dependem a paz do mundo e a felicidade dos povos: os problemas da carência econômica, da cultura, da exploração do homem pelo homem.

E' verdade — e nenhuma propaganda o poderá falsear — que, por vezes, os regimes democráticos do Ocidente se desprestigiam sob formas contraditórias com os princípios, e que em alguns a expressão demagógica ignora o fundo democrático; é verdade que as responsabilidades da Democracia podem aparecer comprometidas nos Estados Unidos pelo domínio de oligarquias entorpecedoras em sua ânsia de lucro ou pelos desatinos racistas de uma minoria mal educada e mal reprimida; na Inglaterra, pelo egoísmo comercialista das instituições econômicas; na França, por problemas de emergência que precipitadamente a deslocam de uma posição de primado universalista para uma posição egoísticamente francesa; na OTAN, pela sua espúrea associação com Estados totalitários e pela infidelidade ideológica às disposições fundamentais do seu Estatuto; de uma maneira geral, pelo domínio de políticas chamadas da "direita", muito vulneráveis à infiltração de agentes totalitários de tipo fascista e pela oposição de políticas de "esquerda", não menos vulneráveis à infiltração de agentes totalitários do tipo comunista — perigos avolumados por uma política geral de bloco puramente defensiva e sem unidade. Mas é verdade também — e essa prova à saciedade as possibili-

dades de uma verdadeira Democracia — que esta, mesmo nos setores mais ambiciosos, se realizou pelo progressismo de uma esquerda verdadeiramente democrática e, portanto, sagradamente apegada ao exercício das liberdades essenciais, sem instrumentos de violência e sem ofensa aos direitos de pensamento conservador como factor de equilíbrio, desde que submisso ao culto da mesma liberdade. Realização tão notável e gloriosa para a Democracia que só por absurdo desta época absurda em que vivemos se pode admitir que a ditadura russa, com as suas hecatombes, as suas miragens de um social sem liberdade, o seu materialismo inumano, os seus desvios para o capitalismo de Estado, para o colonialismo e imperialismo avassaladores e para a formação de uma aristocracia burocrática, possa tentar propagar-se como refúgio benigno — um refúgio em que a humanidade se vê acossada por todas as formas da miséria econômica e espiritual. E isto, enquanto aquela profunda e triunfante revolução escandinava permanece como a menos revelada — ela que é o supremo figurino dos que demonstradamente levam à paz, à prosperidade, à integração do homem nos ideais humanos. Dir-se-ia que, em sua alucinação, as ânsias de paz e progresso convertidas em violência e desordem são meros pretextos de uma sub-consciência animal transviada para propósitos suicidas.

E assim encontramos em Portugal e em Espanha, como em todo o Ocidente, a permanente dificuldade de praticar, no poder ou na oposição, uma democracia sã contra os elementos que a corrompem; e o perigo de sermos tomados pelos totalitarismos, da direita ou da esquerda, que encontram na violência a solução de todas as dificuldades.

A Democracia exige do povo, pelo menos, tato na escolha dos seus representantes — o que corresponde a um mínimo de educação cívica que não está nos programas das ditaduras; exige destes representantes não só tolerância e espírito de justiça, mas também autoridade moral e força de carácter na luta para não deixar corromper uma ideologia superiormente humana. As ditaduras são discricionárias, não conhecem essas dificuldades; os ditadores são violentos até ao genicídio, mas são em geral caracteres débeis que não saberiam resolver problemas sem a volúpia da violência.

O PROBLEMA DA DITADURA

(João Camilo de Oliveira Torres)

O problema da ditadura, o perigo da ditadura, eis uma questão que convém ter presente diante de nós, pois não se pode dizer que é uma questão académica, para fins de semana de sociólogos, mas, sim, algo de atual e ameaçador. Tanto assim que

Maurice Duverger publicou no ano passado uma interessante brochura sobre o tema, que, descontado o tom polémico e um compreensível facciosismo, traz boas contribuições para o esclarecimento da questão.

Não pretendo, aqui, discutir as teses de Maurice Duverger — pretendo discutir a questão em seus aspectos gerais, em confronto com posições que costumam ocorrer conjuntamente e de maneira mais imparcial que o famoso “politico cientista” francês.

Ditadura é coisa que se conhece desde Roma: um governo de exceção, que foge das regras habituais, suspende as leis anteriormente em vigor. Um governo de fato — e de força. Como disse um autor espanhol, a ditadura não é um regime, mas, apenas, um governo de fato. Assim, a velha monarquia absoluta, geralmente menos absoluta do que se supõe, não era uma ditadura, pois era um governo dentro de certas leis e limitado por elas. De certo modo, o governo do Marquês de Pombal pode ser considerado uma ditadura nos quadros da monarquia absoluta.

Duverger distingue as ditaduras em “revolucionárias” e “conservadoras”, formulando uma teoria nem sempre aceitável para explicá-las. Prefiro dizer que há ditaduras “sociais” e “políticas” e não vejo outra explicação além da vontade dos homens que as aplicam. Aliás, Duverger sacrifica aos ídolos de nosso tempo e admite haver situações na “linha da História”, como se esta fosse um absoluto — mas, se recordarmos que, em 1939, a linha da História marcava a vitória do Fascismo, com discursos imponentes em que se anunciava o fim das “democracias decadentes”, ficamos meio céticos. Por isto, o normal é considerarmos as ditaduras como sendo meramente “políticas”, isto é, aquelas que procuraram, apenas, retirar aos cidadãos a participação no poder, respeitando, mais ou menos, os direitos civis. Naturalmente, estes direitos serão respeitados enquanto não interferirem nos interesses políticos da minoria dominante, e deixam de ser considerados, se isto apraz aos dominadores. Basta um exemplo fácil, de nossa triste experiência doméstica — a liberdade de imprensa, no sentido de discutir problemas políticos, é, de certo modo, um direito político — e foi abolida; a propriedade das empresas gráficas, um direito civil, era reconhecida, embora mutilada em seu uso, pela falta de liberdade. Mas, quando por acaso havia conveniência, a propriedade das empresas gráficas deixava de existir, e jornais eram confiscados sumariamente. A ditadura “social” nega a existência de uma ordem jurídica distante das determinações da vontade dos governantes. Poderá ser tolerada uma forma qualquer de propriedade, não

como um direito real sobre as coisas, mas como uma liberalidade do único possuidor, isto é, o grupo dominante. Estas ditaduras sociais, muitas vezes, pretendem abolir injustiças anteriores — aliás, todas as ditaduras pretendem abolir um mal qualquer anterior. Mas, todas, afinal, se resumem num despotismo convulsivo e não chegam a qualquer resultado positivo. De todas as experiências conhecidas podemos tirar uma lei geral — um governo ditatorial não realiza os fins que oficialmente tem em mira, mas se perde em suas contradições internas e na luta contra seus adversários. Poderá alguma ditadura resolver algum problema concreto, isolado, geralmente secundário, mas não chega a atingir seus objetivos. Num balanço final, verificaremos que o saldo positivo de uma ditadura pode ser encontrado no ativo de qualquer governo, por pior que seja. Afinal, qualquer governo realiza muitas coisas, mesmo que seja incompetente ou corrupto, nem que seja por efeito da rotina burocrática. O Estado é um bem e sempre presta serviços. Mas, para que tenhamos uma idéia do malogro essencial das ditaduras, vamos comparar as duas de maior duração na Europa — a de Stalin e a de Salazar, a primeira essencialmente social e a segunda predominantemente política, a primeira considerando-se marxista e a segunda proclamando-se católica, muito embora na mesma Coimbra onde ensinou Salazar, Suarez, alguns séculos antes, já houvesse dito coisas mais ortodoxas e democráticas. Stalin fez a guerra, mas mandou matar Trotsky, o companheiro de Lenine, e liquidou fisicamente todos os heróis da revolução; massacrou camponeses que queriam viver; deportou muita gente e, afinal, não realizou o socialismo. Dizem que não há uma família russa que não haja conhecido o peso da mão de ferro de Stalin. Certamente ele conseguiu vitórias militares e realizou a industrialização da URSS. Mas, Hitler conseguiu vitórias militares e industrializou a Alemanha. Adenauer, mais depressa ainda, restaurou a economia alemã. Os Estados Unidos e a Inglaterra já ganharam vitórias e fizeram a industrialização. Em suma: o que aconteceu de positivo na Rússia, durante a era stalinista, poderia acontecer com qualquer regime ou governo. Enquanto isto, a Inglaterra, nos anos de governo trabalhista, sem atingir a liberdade inglesa, sempre fiel ao “*nolimus leges angliae mutare*”, com o “*God save the queen*”, e todo o ritual medieval, cedeu ao operário inglês uma situação econômica muitíssimo superior à do trabalhador russo. E Salazar — conseguiu seus objetivos?

Não: pois, manter a ordem, que é coisa que qualquer governo faz e consolidar as finanças que faz parte da rotina dos ministros da Fazenda. Seu ideal, abolir definitivamente a democracia liberal e a substituir

por um regime corporativo que fosse permanente, ele não o conseguiu.

Erram, pois, igualmente aqueles que pensam que por uma ditadura podem apressar uma reforma social ou impedir uma revolução. As ditaduras costumam construir cidades de papel pintado, como as dos estudos cinematográficos, e, afinal, deixam o vazio depois que passam para o esquecimento. Nada ilustra melhor o caso do que Mussolini: os de meu tempo se recordam vivamente de sua imagem — era a Italia. De Enéias a Garibaldi, a história da bela península condensara-se na figura do novo Cesar. Nada havia senão Mussolini. Não obstante estar no Vaticano um homem do gabarito de Pio XI, devíamos fazer sérios esforços para ver o Papa na “terceira Roma”. Um dia, graças a um pontapé desferido por um rei quase caricato e cujo poder fôra esvaziado completamente, “Il Duce” desapareceu para sempre da história.

Certamente, diante de uma nova situação histórica, muitas saídas há. E se surgem aspirações populares, se verificamos que existem deficiências e injustiças, importa fazer alguma coisa a fim de instaurar a justiça, objetivo permanente e supremo de qualquer regime. Que fazer diante de uma situação concreta?

Há quatro saídas clássicas: a revolução, a evolução, a reação e a contra-revolução.

A revolução conduz à ditadura, que por sua vez cria novos problemas e não realiza os objetivos em vista. A revolução, na verdade, é um processo por meio do qual impedimos que uma transformação se faça, embora se efetive uma grande destruição.

A reação é um processo violento pelo qual se procura impedir a transformação — acaba conduzindo a uma ditadura, que destrói os valores que os reacionários queriam preservar, não realizando as reformas dos revolucionários. (A tragédia das ditaduras reside nisto — se são reformistas, terminam impedindo as reformas; se são conservadoras, acabam destruidoras).

A evolução, da qual a economia norte-americana nos dá um bom exemplo, consiste na adaptação de princípios anteriores à nova situação. Assim, no caso norte-americano, em lugar da abolição do capitalismo, um modo de fazer com que todas as classes se beneficiem dos resultados obtidos pelo regime capitalista.

Por último, a contra-revolução, que não é a destruição violenta da revolução, a reação, mas um processo pelo qual a revolução se torna inútil. Como bem disse José de Maistre — não é uma revolução contrária, mas o contrário de uma revolução. Se, hoje, na URSS houver uma revolução para implantar o capitalismo, esta não será uma contra-revolução no sentido técnico do termo, mas uma

revolução anti-marxista. Uma reação. De contra-revolução social de nosso tempo temos bons exemplos nas monarquias socialistas do norte da Europa, que tornaram a revolução inútil. Fizeram o contrário de uma revolução: realizaram dentro da lei e da liberdade a justiça social.

Agora, devemos registrar, por fim, um grave erro das esquerdas brasileiras, ou daqueles que se julgam tais: esta inconsiderada pregação de uma “revolução brasileira”, com uma possibilidade de ditadura no bojo, poderá, realmente, conduzir o país a uma ditadura de grupos esquerdistas, que, com o tempo, se entredevorarão — a revolução, como Cronos, devora seus próprios filhos. O mais provável, porém, é o contrário: esta agitação assustar as forças conservadoras e a maioria do povo, que não deseja confusões, provocando daí uma ditadura da outra parte. Que não será propriamente uma rima nem solução. Pois, o que não conseguiremos nos quadros democráticos (e a democracia pode ser reformada e aperfeiçoada), não conseguiremos com ditaduras.

(De “O Estado de S. Paulo” — 24-3-62)

África: proclama-se a independência, mas falta a liberdade

Luis de ZULUETA — Exclusivo para a FSP

NOVA YORK, abril — O prejuízo do colonialismo e o do anti-colonialismo coincidem em fechar os olhos à realidade da nova África. Realidade, todavia, muito clara: movidos por um impulso irresistível, todos os povos africanos conquistaram, ou conquistarão depressa a independência; mas, por outro lado, a conquista da independência não anda unida à conquista da liberdade. Pelo contrário, conseguida já a independência, muitas vezes acentua-se a repressão das liberdades individuais. Quando Sekou Touré, o governante da Guiné, recebeu o general De Gaulle em Conakry, justificou a sua negativa de ingressar na Comunidade Franco-Africana dizendo:

— “Nós preferimos a pobreza com liberdade à riqueza com escravidão”.

Frase que seria digna de ser esculpida em mármore, se o seu autor não tivesse desenvolvido depois um despótico regime de terror que contrasta com a relativa liberdade de que gozam os países africanos que fazem parte da Comunidade.

Sekou Touré, que recebeu o ano passado o Prêmio Lenine da Paz, persegue os católicos e expulsou o seu dirigente, monsenhor Milleville. Mas não trata melhor os maometanos ou os mar-

xistas. Com o pretexto da "conspiração dos professores", fez condenar a dez anos de prisão, depois de um julgamento secreto, Keita Konmedean, fervoroso muçulmano e líder do Bloco Africano, e Ray Autra, marxista independente. Os estudantes protestaram; as paredes escolares apareceram cheias de letreiros: "Touré, tu traíste-nos!" A polícia levou muitos alunos para o acampamento de Alpha Yaga, onde foram maltratados cruelmente e, por fim, o governo ordenou o fechamento das escolas.

A imprensa está amordaçada. Os correspondentes estrangeiros têm de limitar-se a transcrever os boletins oficiais. Os membros do corpo diplomático não podem, sem autorização especial, sair da capital. Diante de cada embaixada, mesmo que seja a da Rússia ou a da China, um soldado toma nota dos visitantes que chegam.

— "Preferimos a pobreza com liberdade"... Hoje, a Guiné é independente, mas os guinéus são menos livres do que nunca. O que lhes resta é a pobreza, atualmente próxima da miséria. Um jornalista europeu, Philippe Decraene, disse que, quando o avião em que ia aterrou em Conakry, eram tais a sujeira, o abandono e a paralisação da vida na cidade que teve a impressão de se encontrar numa aldeia esquecida que muito depressa seria tragada pela selva.

O exemplo da Guiné é discutível porque talvez se trate de um caso extremo. Embora, pre-

cisamente por ser extremo, seja mais expressivo. Mas o que me parece fora de toda a discussão é a falta de liberdade que se percebe nos países da nova África. Têm a aparência, a fachada de liberdade. Pretendem ser repúblicas constitucionais, democráticas e parlamentares. Mas, na realidade, são ditaduras pessoais. O ditador, o chefe supremo, pode ser cruel ou benévolo; pode não querer escutar ninguém, ou pode estar disposto a ouvir em particular opiniões e conselhos. Mas uma coisa o caracteriza sempre: não tolera que se organize contra seu governo um partido de oposição.

Poderão dizer-me que há países africanos nos quais existe o partido da oposição. Não o ignoro. Em Gana, Nigéria e Serra Leoa, a oposição existe e está oficialmente reconhecida. Mas, aí, mais lhe valia não ter nascido. Os membros da oposição são freqüentemente encarcerados e espancados, por vezes até assassinados. Quando a Serra Leoa proclamou oficialmente a sua independência, em abril do ano passado, o governo apressou-se a meter no cárcere os representantes da oposição, para que não interrompessem tão patriótica solenidade.

E parece-me, enfim, que a ONU caiu em grave erro ao procurar impôr com sangue e força, no Congo, uma Constituição republicana, unitária, democrática, liberal e parlamentar, inadaptada àquele conglomerado de tribos africanas apenas agora saídas da selva primitiva. — (ALA)

Recortes da Imprensa Internacional

NAÇÕES UNIDAS, NOVA YORK, (ANI) — Foi oficialmente solicitada a cooperação de Portugal num inquérito da ONU aos territórios portugueses.

O pedido é formulado em carta dirigida ao dr. Alberto Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, pela comissão de sete membros nomeada pela Assembléia Geral para realisar o inquérito.

O embaixador Xenon Rossides, de Chipre, presidente da comissão, revelou que a carta fôra enviada ao ministro português depois de várias tentativas de informar o embaixador de Portugal junto da ONU, dr. Vasco Vieira Garin, do seu conteúdo.

Rossides declarou que a comissão fora informada de que o dr. Vieira Garin se ausentara de Nova York, mas que regressaria ontem, de manhã. Mais tarde, porém, a missão permanente portuguesa junto da ONU afirmou que o dr. Vieira Garin se encontrava em Washington para uma permanência de duração indefinida.

Perante a sua insistência para conseguir uma

entrevista pessoal com o chefe da missão portuguesa, ou pelo menos uma comunicação telefônica com o dr. Garin, Rossides foi depois informado de que este se encontrava em viagem entre Washington e Nova York. Finalmente — disse Rossides — pouco antes da hora marcada para a conferência foi informado de que o embaixador português, não chegara.

"Entendemos, portanto, que a carta devia ser enviada sem mais delongas" — concluiu o presidente da comissão de inquérito.

Alguns dos membros da comissão não escondem a convicção de que o chefe da missão portuguesa junto da ONU se recusou deliberadamente ao encontro.

PORTUGAL: ALGUMAS QUESTÕES POLÍTICAS

HENRIQUE GALVÃO

(Especial para "O Estado de S. Paulo")

Com reflexos desconcertantes na opinião pública internacional e vantagens evidentes da

ditadura salazareana no seu afã de sobreviver, cuve-se freqüentemente lamentar o divisionismo passional das colônias de portugueses em países estrangeiros — e até divergências entre as várias correntes dissociadas, que, de todo, privam as oposições de capacidade de ação.

Não se exagere por irrealismo de julgamentos feitos sobre aparências, por vezes ilusorias. O fenômeno não é diferente do que correntemente se verifica no seio de todas as colônias de emigrantes e exilados de países submetidos a regimes de força — o que não tem impedido que alguns desses regimens sejam derrubados e substituídos, com êxito inegável, por regimens democráticos.

Na verdade profunda das coisas, há entre os portugueses emigrados e exilados, como, aliás, na sociedade portuguesa residente em Portugal e não por distinção de idéias e de sentimentos facilmente esquentados por paixões, geralmente menos espontâneas do que demagógicamente provocadas, três correntes insusceptíveis de se entenderem, política ou apoliticamente. E isso constitui uma especie de fatalidade favorável aos regimens de força, que hábilmente a exploram, e mais uma miséria a juntar a tantas outras, que, em alternância com algumas grandezas, fazem parte do drama das oposições democráticas.

São essas correntes:

1 — A de uma minoria, materialmente muito mais forte do que as correntes de maioria juntas ou separadas, que segue o ditador e a sua oligarquia, e constituída como um concerto de interesses materialistas, de qualquer maneira sustentados e dependentes da força material e discricionária da ditadura e dos recursos de Poder que ela joga. Esta minoria fortíssima dispõe ainda, como valôr de inércia, passivo, distraído de todas as outras correntes, do número de quantos por covardia moral e comodismo, não querem, de modo algum, por mais violentados que se sintam, manifestar-se contra o Poder constituído.

Os que defendem e ajudam à sobrevivência desta corrente detentora do Poder, exercem-se, no plano ideológico, muito menos pela inteligência de um sistema de idéias, do que pelos sortilégios de um sistema de propaganda maciçamente imposto. E, seja como for, para se manterem, têm de defender também e de fazer sobreviver, o exercício de uma policia política do mais genuíno tipo "Gestapo", de uma censura esterilizante, de propagandas em que se desbaratam os recursos que faltam a escolas e hospitais — bem como de ocultar a miséria econômica a que está reduzido um quinto da população, numa dieta alimentar que é das mais baixas da Euro-

pa, o analfabetismo de um terço dos portugueses, o alastramento da tuberculose, o isolamento do país perante o concerto das nações, a sobrevivência de um colonialismo retrógrado etc.

Esta corrente, de certa maneira aristocrática, é, naturalmente, inconciliável, como acontece em todos os países assolados por ditaduras, com todas as formas diferentes de pensamento e ação.

2 — Uma segunda corrente, formada pela maioria esmagadora da população como constantemente se evidencia, tradicionalmente democrática, cristã, de formação espiritual ocidental, em oposição declarada ao regime vigente, e na qual é fácil distinguir, como duas castas da mesma família política, a grande massa dos habitantes e, desta mais ou menos oriundos, os militantes políticos das várias correntes do pensamento democrático.

Como acontece também em todos os outros países submetidos a regimens de força estes militantes políticos, dos quais a muitos se chama atualmente os "líderes", privados de todos os direitos cívicos que permitem a organização e exercício das lideranças políticas, sem outros contactos com as massas além dos que, clandestinamente e sujeitos a todos os riscos, podem estabelecer, lutam pela libertação do país nas condições mais ingratas e cruéis. E tanto mais dificilmente quanto as suas dificuldades se agravam pelo apóio que algumas grandes democracias ocidentais, em incríveis traições ideológicas, emprestam ao ditador e ao seu regime. Como estranhar que as coisas não corram sempre bem, como seria para desejar, no seio desta corrente? Mais de estranhar seria se acontecesse o contrário, quando se vê, por exemplo, os poderes liberticidas de Salazar, em exercício contra nós, em alguns dos países de onde mais legitimamente poderíamos esperar apoio e compreensão. Esses países queriam que fôssemos mais fortes, mais organizados, mais coesos; mas, para além das palavras com que reafirmam a sua solidariedade democrática com os povos oprimidos, procedem enfraquecendo-nos, tornando mais difícil a nossa organização... e colaborando na ação liberticida dos ditadores.

3 — Finalmente, uma terceira corrente, numericamente muito reduzida, politicamente sem condições de expansão na nação, mas razoavelmente bem organizada, muito ativa e dispondo de fortes apoios internacionais: a corrente que junta comunistas e organizações e individuos seus simpatizantes, digamos, filocomunistas. Estes últimos afirmam que não são comunistas. Parece ocioso pretender discutir se o são ou não são. É possível que o sejam à maneira de Fidel Castro, que também não o era antes

de alcançar a oportunidade de declarar que o é desde que lhe brotou o dente do siso; é possível que uns o sejam e outros não, por formação marxista mais ou menos instalada. O que importa fixar é apenas que, sendo ou não sendo, pertencem a um extremo das chamadas esquerdas, incompatível com as ditaduras das direitas — portanto, nitidamente anti-salazarista —, mas não menos nitidamente simpatizante e defensor das ditaduras chamadas das esquerdas de tipo comunista — portanto, da espécie totalitária. Na sua ação política, seguem intransigentemente a linha de rumo traçada pelo Partido Comunista, com o qual formam uma corrente que, dizendo-se democrática, para entre os democratas se poder exercer e comandar, recusa confessar-se antitotalitária.

É evidente — e os fatos assim o demonstram através dos azares da oposição portuguesa, não só ao regime de Salazar como a todas as espécies de regimes de força — que uma corrente desta natureza mesmo anti-salazarista, é tão inconciliável com as correntes da democracia representativa como com a corrente salazarista. Por um lado, parte de postulados filosóficos inaceitáveis em democracia representativa, com desígnios que esta não admite; por outro lado, se é certo que pretendem derrubar o regime vigente em Portugal, não é menos certo que o pretendem de maneira e para fins diferentes do que pretendem os partidários da democracia representativa. E tanto assim que, prestando-se a colaborar com estes em todas as ações de agitações de massas, que correspondem às suas conveniências e desígnios, embaraçam, impedem e destroem, sempre que podem, todos os movimentos visando um desenlace definitivo, enquanto não se sentirem em condições de se constituírem herdeiros

do ditador e do seu regime. São eles que querem formar com os democratas do tipo democrático ocidental uma unidade anti-salazarista — mas está provado que só a querem para conduzir a oposição conforme as suas conveniências, inclusivamente contribuindo para a estabilidade de Salazar até que possam ser eles os ocupantes do seu lugar. Essa não é, nem pode ser, por falta de todas as condições essenciais, a unidade democrática.

Portanto, pela sua natureza e fins, pela incompatibilidade irreduzível de duas filosofias políticas muito diferentes, é impossível conciliar esta corrente com a dos democratas da democracia representativa, da qual se encontra mais afastada que da própria corrente salazarista — digam fascista, se lhes convém — com a qual tem de comum, pelo menos, um desígnio totalitário.

E não vai mais além, em matéria política, o divisionismo dos portugueses residentes em Portugal ou exilados. Não se exagere, portanto. As divergências internas que por vezes se manifestam, não só em uma, mas em todas estas três correntes inconciliáveis — e como acontece em toda a parte em que elas se distinguem —, são as comuns de todos os aglomerados políticos e, naturalmente, nas crises que de vez em quando provocam mais aparatosas entre as formações democráticas do que nas formações totalitárias dominadas pelo espírito do Partido Unico. Mas essas divergências nada têm de irreduzível, visto que não atingem os princípios e apenas resultam de circunstâncias que fazem parte do drama de todas as democracias — e, em todo o caso, sempre infinitamente menos dramático do que o drama da menos pior das ditaduras.

★ NOTICIÁRIO ★

— Chegam de Portugal, por correspondência furtada aos gangsters da PIDE e por pessoas em viagem, os mais desconhecidos boatos sobre a situação de Manuel Serra. Segundo uns, vazaram-lhe um olho com as torturas a que o submeteram e estaria sob rigorosa incomunicabilidade em parte incerta; segundo outros, teria sido assassinado como o cap. Almeida Santos e alguns mais que, assim sucumbiram na PIDE, ao mesmo tempo que pela polícia era posta a correr a notícia da sua evasão. Outro boato, logo oficialmente desmentido pela Embaixada de Itália, dava-o como ali asilado. Positivamente, apenas se sabe que ninguém sabe onde para, que tudo é possível menos que go-

ze de saúde — e que as instâncias oficiais nada esclarecem a esse respeito.

— 3 DE MARÇO — Circulam no Itamarati rumores de que as autoridades portuguesas tentaram invadir a Embaixada do Brasil em Lisboa, para retirar os 14 portugueses que lá estão asilados. Mais tarde, a polícia explicaria que apenas cercara a Embaixada... para proteger os asilados contra as iras do povo!!!

— 9 DE MARÇO — Mais de 300 pessoas, na sua maioria mulheres, promoveram manifestações contra o governo, ontem à noite. A manifestação, que durou duas horas, começou após a distribuição de impressos através da cidade, instando as mulhe-

res a exigir o regresso dos esposos e filhos que formam parte dos contingentes militares destacados em Angola. Foi cantado o hino nacional de Portugal e foi entoado em câoro: "Portugal sim, Salazar, não"; "Fora Salazar". Surgiram bandeirolas que diziam: "Paz sem Salazar"; "Evitem a Guerra"; "Baixem o custo da Vida". Ficaram feridas 3 pessoas em encontros com a policia.

— 11 DE MARÇO — Com 84 anos, faleceu em Lisboa, no Hospital de Marinha, o Almirante Quintão Meireles, candidato da Oposição nas eleições presidenciais de 1951. Recordam-se comovidamente a sua serena e honradíssima coragem moral, a sua firmeza e a justificação de todas as esperanças que os democratas nele depositaram como primeira figura da Oposição Democrática.

— 15 DE MARÇO — Os dois grupos nacionalistas que reclamam a independencia imediata de Angola, invocando o direito de auto-determinação mas forçando violentamente uma solução que o dispensa — grupos que nunca se entenderam e encontraram tão pouco apoio na população, apesar da hostilidade desta ao regimem, que só no Congo português e com invasores, na sua maioria estrangeiros, que nem sequer eram angolanos, puderam lançar as suas guerrilhas — atacam-se mutuamente. / Roberto, o chefe da UPA, acusa Andrade, chefe do MPLA, de comunismo — e parece que tem razão; o MPLA acusa Roberto de designios tribais, de não ser angolano e de visar a eliminação da elite angolana em virtude da sua falta de maturidade política, de, enfim, se ter apossado de dinheiros da causa e de ser o responsável pelo genocídio de que foram vitimas 10.000 negros tendo assim colaborado com Salazar no extermínio de povos. Se há um ano, estes grupos houvessem

obtido a independência como desejavam, Roberto e Andrade seriam hoje os chefes de Angola congo-lizada.

25 DE MARÇO — Declaram-se em greve os estudantes universitários de Lisboa, tendo declarado a Universidade de luto.

26 DE MARÇO — O Governo mostra-se desconcertado perante a greve dos estudantes, cedendo a algumas das suas reclamações, mas com restrições que estes não aceitam. O Reitor da Universidade e muitos professores apoiam os estudantes. A policia entrou na Universidade. A singularidade do caso, define-o com mais um sintoma da decomposição irrecuperável do regimem.

27 DE MARÇO — 2.930 vitimas (515 europeus e 2.415 indigenas das forças do regimem), além dos milhares de vitimas resultantes da ação terroristas das forças da UPA e das forças do regimem, com 469.000 pessoas desalojadas, constituem o balanço de um ano de rebelião no norte de Angola.

4 DE ABRIL — Para substituir o Coronel Humberto de Matos como diretor da PIDE, foi nomeado o major da reserva Silva Pais — um oficial com toda a sua carreira feita na Policia e que na Policia acumulou grande fortuna. Com esta noticia coincide a de terem sido presos mais dois intelectuais da Oposição: o jornalista Carlos Veiga Pereira e o escritor Carlos Prazeres Ferreira.

5 DE ABRIL — O cômico alia-se ao trágico: Holden Roberto, acusado pelo grupo rebelde filocomunista, chefiado por Andrade, de peculato e genocidio, forma em Leopoldville um governo angolano no exilio.

***** NOTAS SOLTAS *****

OS LIDERES DOS MOVIMENTOS CHAMADOS NACIONALISTAS DE ANGOLA

Dois movimentos de sempre mal entendidos e, pelos vistos, com maior número de adeptos nas correntes internacionais de intriga pela propaganda do que em Angola, se exercem há poucos mais de um ano no sentido de, por uma independência prematura e sem preparação, prolongar em Angola a tragédia do Congo. Os seus lideres — o Sr. Holden Roberto pelo movimento designado UPA, e o Sr. Mário de Andrade, pelo movimento designado MPLA, seriam, com tôdas as probabilidades, com os seus respectivos acólitos, os chefes e condutores dessa independência, digamos os "libertadores".

Os seus desentendimentos de sempre, romperam finalmente os cuidados que os encobriam pe-

rante o mundo junto do qual procuram apoio. Enquanto em Nova York, o Sr. Holden Roberto acusa o Sr. Mário de Andrade de "comunista" — portanto de pessoa mais interessada em servir na linha de rumo do bloco soviético do que aos povos de Angola — o MPLA liderado pelo Sr. Mário de Andrade, publica um Manifesto, de que reproduzimos as seguintes passagens:

"Os srs. Holden Roberto e Rosario Neto, respectivamente, presidente e 1.º vice-presidente da União das Populações de Angola (UPA) estão diante do tribunal do povo de Angola e do tribunal da opinião internacional.

Estes dois principais dirigentes da UPA foram acusados públicamente de graves crimes contra o povo angolano. Quem quer que acompanhasse atentamente a atividade política de Holden Roberto não

poderia deixar de notar o seu desconhecimento de Angola (onde nunca viveu), a sua alucinada ação de intriguista político, o seu oportunismo, a sua desmedida ambição política que o levava a arrogar-se o título de “chefe” da revolução angolana e a engalanar-se com os postos de “presidente” e “diretor” de todas as organizações ligadas à UPA.

Holden Roberto pretendia, numa delírio doentio e ridículo, reduzir Angola e o povo angolano à sua medida.

Sabendo haver, em Angola, africanos com mais caráter, instrução e capacidade do que ele, inspirou e incitou à liquidação física de negros assimilados e instruídos. Para conquistar o apoio dos dirigentes do movimento protestante mundial, procurou dividir os angolanos por razões de crença religiosa e ordenou medidas para impor a religião protestante nas regiões de Angola onde atuavam africanos enganados por ele.

Sendo descendente de famílias de S. Salvador (Angola), Holden recrutava, a trôco de promessas de mando político na Angola independente, gentes de S. Salvador para seus principais agentes no interior da colônia. Ele fomentava uma política de hegemonia dos povos do distrito do Congo sobre os de outras regiões de Angola. Ele incitou a liquidação física dos angolanos do Sul residentes no Norte de Angola. Porque conhece mal a língua portuguesa, Holden Roberto, falho do senso das realidades, desenvolveu uma campanha para impor a língua francesa na Angola independente.

Para ganhar a simpatia das potências ocidentais, Holden, sem escrúpulos, caluniava de comunistas as organizações nacionalistas angolanas às quais ele sempre tratou como inimigas e que (no seu entender) não lhe deixavam completamente livre a cena política angolana.

Fingindo exageradamente o seu amor pelo povo negro, Holden recebia, no entanto, dinheiro de fazendeiros portugueses do Norte de Angola para que lhes poupassem as fazendas.

Para manter a sua mentira do exclusivismo da UPA na luta armada, Holden dava ordens para que se assassinassem os militantes das outras organizações políticas empenhadas na luta armada.

Os milhares de patriotas angolanos presos nunca mereceram de Holden palavras de reconhecimento pelo seu nacionalismo, pelo seu combate e pelo seu sacrifício. Falho de lealdade e ambicioso, nunca o presidente da UPA se referiu, por exemplo, ao grande patriota e combatente que é o dr. Agostinho Neto.

Pretensioso, Holden sempre se convenceu (ou quis convencer toda a gente) de que o nacionalismo angolano nasceu com ele e se desenvolveu unicamente com o seu esforço.

Testemunhando completo desrespeito por Angola e o seu povo (que ele sempre tratou como

coisas suas), Holden teve o desplante de pretender formar, com os seus comparsas da UPA, um Governo Provisório de Angola!

Mau político e manobrando cegamente a arma do racismo, Holden teve a ousadia de, durante a XVI Sessão da Assembléia Geral da ONU, defender, perante o grupo afro-asiático, a sua política de genocídio em relação à comunidade mestiça de Angola. É evidente que, não só o grupo afro-asiático não apoiou essa sua política de genocídio, mas ainda a condenou.

Fazendo da luta do povo angolano pela sua independência uma fonte de receitas e de fácil prestígio pessoal, Holden nunca esteve verdadeiramente interessado numa solução rápida do trágico conflito que se vem desenvolvendo em Angola. Daí a sua oposição sistemática a toda política favorável à constituição de uma Frente Angolana de Libertação.

Senhor absoluto dos fundos da UPA, Holden pratica a chantagem financeira para com os seus colaboradores menos dóceis e procura rodear-se de indivíduos servís, como Rosário Neto, 1.º vice-presidente da UPA.

O passado de Rosário Neto (que fôra condenado à prisão maior, em Angola, pelo crime de roubo) fazia prever que ele poderia converter-se, como se converteu, no principal colaborador das atividades criminosas de Holden Roberto. Não podendo triunfar, no plano político, com base nos seus méritos e no seu caráter e através da confrontação honesta com os patriotas angolanos, Rosário Neto vem ajudando, zelosamente, o jogo sinistro de Holden e vem também desempenhando o papel de redator, em língua portuguesa (que Holden mal escreve), das mentiras, das calúnias e das diretivas criminosas do seu chefe.

Povo de Angola! Eis aí os dois chefes de um bando de traidores que, em virtude dos seus crimes, foram desmascarados publicamente pelos nossos compatriotas, comandante Marcos Kassanga e pelo secretário-geral da Liga Geral dos Trabalhadores de Angola, André Martins Kassinda”.

Se estes grupos, tivessem alcançado os seus fins no decorrer do ano em que para os alcançar se movimentaram, Angola estaria hoje sob a direção e domínio de um deles ou de ambos.

Felizmente, o verdadeiro povo angolano não está mais com eles do que está com o salazarismo.

OPINIÕES INSUSPEITAS DE COLONIALISMO

Depois da experiência do Congo, o pedido de uma independência imediata para Angola, parece mostrar-se irrealista, dada a impreparação dos seus africanos. Há, também, uma considerável minoria branca a ter em conta. O que dizem

portugueses democratas ao querer a autodeterminação em comunidade multiracial parece-me alternativa preferível a qualquer outra.

ROBERT H. ESTABOOK
(Newsweek — March, 19-1962)

“NÃO INVOCARÁS O NOME DO SENHOR EM VÃO”

POR “CARINA”

E’ sabido que a Ciência não admite fenómeno que a minuciosa pesquisa da Verdade não confirme. Quer se trate de psiquico, físico, anímico ou biológico, tudo se submete a prévia investigação que determinará a aceitação ou negação.

Assim, como a ciência confirma, confirmando ao mesmo tempo o que a Igreja proclama, a inteligência pode estar ao serviço do Bem e do Mal. Usando de subterfúgios dialécticos, inteligências do mal tem conseguido apoderar-se da alma dos seus congéneres.

Hitler foi um exemplo: em nome de uma idéa de pureza racial, aprovou e consumou o genocídio de milhões de pessoas. Outro, Salazar — moderno Torquemada — em nome do Senhor e explorando a credulidade de um povo eminentemente cristão, assusta-o como a uma criança, com o falso temor a um comunismo ou a um caos sob o qual todos cairiam se ele não governasse Portugal.

Lê-se nas Santas Escrituras: “Não invocarás o nome do Senhor em vão”.

Salazar, perjuro do Cristianismo, explora, há mais de três décadas, o amor do povo ao Senhor, para o manter escravizado, desvertebrado, estereotizado. E assim tentou converter esse povo, provado em oito séculos de História, por vezes épica, em simples esqueleto de um corpo enterrado e descarnado em implacável obscurantismo.

A tentativa não resultou porém; apenas martirizou. Das profundidades em que foi enterrado guiado por uma luz que alcançou trespassar as trevas, esse povo emerge. O impacto do “Santa Maria” parece ter-lhe aberto os olhos — e apesar da negrura policial que o cegava, a Verdade mostrou-se-lhe. Esse povo desperta, palpita, procura as sendas da liberdade — essa liberdade que lhe foi negada durante mais de trinta anos e que o ditador convertera em mentira, vergonha e traição. Esse povo vê finalmente esse ditador sem a máscara de monge. O medo deslocou-se para a alma do tirano, que já não confia como confiava nos poderes, só aparentemente ilimitados, dos seus mais próximos colaboradores e da FIDE. Está próxima a hora de um “salve-se quem puder”, que é também a hora sonora do toque de trombetas triunfais. Eles sabem que dificilmente poderão escapar à Justiça — uma Justiça que, mais humana do que a deles, pois os sujeitará a julgamentos equânimes, não deixará de condená-los.

Veremos, então, se os falsos cruzados de trinta anos de mentira e indignidade, ousarão ainda INVOCAR O NOME DO SENHOR EM VÃO.

Profissão:
Sua contribuição mensal:
Nome:
Residência:

- SE pretende a uma Pátria livre de povos livres;
- SE abomina os regimens totalitários seja qual fôr a farsa que os encubra;
- SE detesta a Demagogia, os demagogos e os falsos idolos;
- SE não admite idéias e crenças impostas por violência;
- SE é português, democrata e, portanto, adversário de tôdas as formas totalitárias de governação dos povos;

INSCREVA-SE NA F.A.P.L.E., recorte e preencha o cupão supra e envi-o à Pça. da Sé, 170, 3.º s/28.

PREVENÇÃO

Previne-se a opinião pública nacional e internacional menos informada sobre os dramas internos da Oposição Portuguesa, contra série de desatinos que vem cometendo, com deturpação de factos, difamação e delirios de vaidade frustrada, uma personagem política que teve grande relevo na Oposição e que, perdida por incapacidade política e nulidade intelectual, a posição que lhe havia sido reconhecida, não sabe nem pode manter, ao menos, o decoro dos vencidos. As suas atitudes (agora as suas ligações com os elementos comunistas que tanto o combateram e ele tanto combateu), pela forma que revestem, pela maneira como servem a propaganda do salazarismo e pela confusão que premeditadamente pretendem lançar em todos os sectores da Oposição, levam a recear uma situação de perturbação mental que será a atenuante dos seus constantes desatinos.

LIVROS RECOMENDÁVEIS PERSEGUIDOS EM PORTUGAL

Álvaro Lins: MISSEÃO EM PORTUGAL. Um libelo irresponsável, na prosa de um grande escritor e democrata brasileiro.

Maria Archer: ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS. Um documentário da Justiça no regimen de Salazar.

Tomaz Ribeiro Colaço: A HEDIONDEZ COLONIALISTA DE PORTUGAL. Pontos de vista de um patriota anti-totalitário e grande escritor.

Aquilino Ribeiro: "QUANDO OS LOBOS UIVAM". A mais expressiva tela do povo português sob o regimen salazariano, pelo mais ilustre prosador da língua portuguesa.

Henrique Galvão: MINHA CRUZADA PRÓ-PORTUGAL: SANTA MARIA (Em edições brasileira, norte-americana, inglesa, japonesa, sueca e francesa). Um livro perseguido em Portugal e boicotado no Brasil pelos influentes salazaristas. A legitimidade da Operação Dulcinêia perante a ilegitimidade de um regimen totalitário.

GRADES SERRADAS: Sátiras políticas.
COLONIALISMO, ANTI-COLONIALISMO E AUTO-DETERMINAÇÃO: O problema ultramarino português perante as campanhas colonialista e anticolonialista.

A Revista ANHEMBI: Arquivo de grande nível sobre a hediondez do regimen salazariano.

QUE NENHUM DEMOCRATA DEIXE DE UTILIZAR AS OPORTUNIDADES QUE TIVER DE INTRODUIZIR ÊSTES LIVROS EM PORTUGAL

I B É R I C A

é um boletim de informação dedicado aos assuntos espanhóis e patrocinado por um grupo de americanos que crêem que a luta de Espanha pela liberdade é uma parte da luta universal pela liberdade, e que há que combater sem descanso em cada frente e contra cada forma que o totalitarismo apresente.

Directora: VICTORIA KENT.

Presidentes de Honra: SALVADOR DE MADARIAGA e NORMAN THOMAS.

